

VARIAÇÕES CLASSIFICATÓRIAS DO LATIM, PREMISSAS DA MODALIDADE VULGAR E SUA DERIVAÇÃO SA ROMÂNIA

Nehemias Nasaré Lourenço
Universidade Estadual da Paraíba
Ricardo Soares da Silva
Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO: O latim oferece dificuldades quanto à paridade do sistema classificatório quando apenas considerado o binômio “clássico” e “vulgar”. Tal divisão pode configurar arestas complicadas quanto à sua percepção, porque o latim vulgar além de ser língua usada na informalidade da elite quanto, numa perspectiva diacrônica, não é um produto derivado diretamente do clássico. Para descortinar o falso “consenso”, apreciamos a origem do latim vulgar, suas nomenclaturas e perspectivas assinaladas por gramáticos, filólogos e linguistas que pesquisam a história da língua portuguesa e a derivação românica do latim no Império, tais como Oswaldo Antônio Furlan (2006), Ernesto Faria (1958), Ismael Coutinho (2005) etc.

PALAVRAS-CHAVE: latim, vulgar, clássico, sistema classificatório.

ABSTRACT: *The Latin offers us some difficulties in relation to the classificatory system parity when we consider just the « classic » and « vulgar » binomial. This division might produce complicating edges due to its perception this because the Vulgar Latin besides be a language used into the elite informal speech, in a diachronic perspective, it is not directly a product that has come from the classic one. To disprove the “false” consensus, we appreciate the Vulgar Latin origin and also its nomenclature and perspectives pointed through grammarians, philologists and linguists that reach out the Portuguese language history and the Latin Romanic derivation into the Empire, such as Oswaldo Antônio Furlan (2006), Ernesto Faria (1958), Ismael Coutinho (2005) etc.*

KEY WORDS: *Latin, vulgar, classic, classification system.*

Prolegômenos ao estudo do latim.

Hoje, a língua latina tem sido uma constante em grades curriculares de cursos acadêmicos, tais como: Direito, Administração, Filosofia, Ciências Biológicas e, principalmente, Letras. Contudo, muitos estudantes de nível superior não conseguem entender o motivo pelo qual essa disciplina é lecionada.

Creemos que um desses motivos seja a aquisição de uma melhor compreensão histórica da nossa língua vernácula e de sua evolução. Para isto, não podemos prescindir de estudar um pouco de filologia, que nos orienta com subsídios histórico-linguísticos. Asseveramos que a modalidade “vulgar” do latim é pouco estudada e, talvez por isso, considerada desimportante por uns menos esclarecidos. Também, dada a simplicidade com que certos autores opõem a modalidade vulgar à clássica, não é de se espantar que o estudo do latim privilegie o erudito em detrimento do popular.

Não satisfeitos com a discriminação linguística e histórica, sobretudo de classificação, do LV¹, tomamo-lo para investigar a conceituação, a origem, os tipos de classificação e as perspectivas assinaladas por gramáticos, filólogos e linguístas - que pesquisam a história da língua latina e sua derivação portuguesa; além de constatar sua derivação românica no Império, buscando, desse modo, dar-lhe uma conceituação mais honrosa e justa. Tal procedimento nos encaminhará à constatação de que o “vulgar” não é derivado do “clássico”.

Inicialmente, faz-se necessário compreendermos as definições referentes ao “latim” para chegarmos a uma melhor conceituação de seu entendimento. Em seguida, veremos como se classificam e se definem o Latim Clássico (LC) e o Latim Vulgar (LV), contributos que nos servirão de alicerce para a pesquisa, iniciando o estudo histórico-linguístico.

Grande parte dos dicionários escolares tais como os minidicionários *Antonio Olinto* (2001) e *Soares Amora* (2009) e o dicionário *Escolar da Língua Portuguesa* (1976)² definem, de forma simplória, o termo “latim” como sendo uma língua que era falada pelo povo, pela massa, que habitava o pequeno terri-

1 LV refere-se ao Latim Vulgar.

2 Optamos por usar os dicionários escolares face aos acadêmicos por cremos que o que vale nesse momento é o fato destes serem a documentação, quiçá mais importante, que possuímos no léxico da língua portuguesa comprovando, desse modo, que o latim (termo encontrado em qualquer dicionário da língua portuguesa) é sim importante ao estudo de nossa língua vernácula. Também, por considerarmos que a vivacidade da língua faz com que as palavras não morram. Elas podem até entrar em desuso, mas continuam guardadas ou em um processo de constante modificação, fatos que fazem com que elas existam, como aconteceu com a língua latina.

tório denominado Lácio (*Latium*), na Península Itálica. Partindo dessa definição, podemos dar continuidade ao procedimento do objetivo deste trabalho, vendo a história do latim como ponto de ancoragem e o fato de que não se trata de uma língua primária, porém, de uma derivação de outras línguas que lhe precederam.

É interessante, também, vermos que o latim teve sua evolução com etapas bem demarcadas quanto ao uso do sistema linguístico, mas com interseções históricas de coexistência de povos e abrandamentos de aspectos e que, em suas etapas subsequentes, originou as línguas românicas, que consideramos ser o latim transformado através do tempo e do espaço.

Com efeito, o latim não é documentalmente oriundo da língua indoeuropeia, pois a mesma não existia como língua, senão como um conjunto de línguas originárias e hipotéticas, das quais não se encontram atualmente nenhum registro escrito. Aceita-se, pois, como hipótese a ideia generalista de um sistema de correspondências entre línguas de um tronco comum, o que nos faz refletir sobre uma possível existência de um nascedouro linguístico a que chamamos de indoeuropeu. Faria afirma que:

O latim pertence à grande família das línguas indo-europeias, como numerosas outras línguas da Europa e da Ásia, entre as quais mencionaremos o grego, o sânscrito, o hitita, etc. Cumpre, porém, desde logo, notar que esta língua polida, manejada com maestria pelos vigorosos escritores da época áurea da literatura latina, não saiu já assim burilada do primitivo indo-europeu. Fruto sazonado de uma prolongada elaboração, representa êsse momento o seu maior esplendor, que no decurso de sua alongada história fora precedido de vários estágios perfeitamente demarcados. Seguir-se-iam a ele também outros estágios subsequentes, que iriam culminar na formação das línguas românicas, que nada mais são do que o próprio latim transformado através do tempo e do espaço. (FARIA, 1958, pp. 5-6)

Não obstante, o Latim não vai ligar-se subsequentemente ao indoeuropeu, mas às unidades linguísticas que lhe precedem imediatamente ou ladeiam historicamente, como o ítalo-céltico e o ítálico. Decerto, o Latim pertence à família linguística indoeuropeia, como ocorre com outras línguas da Ásia e da Europa, muito embora ele tenha sua origem no corpo linguístico de um latim primitivo, que deu sinais de existência escrita no século VI a.C., pois que não surgiu já forjado em sua modalidade clássica. Necessariamente, ele foi se transformando através do tempo e ao sabor do contato entre povos de falares diversos – como o *úmbrio*, o *osco* e o *sabélico* – pertencentes ao ramo ítálico. Dessa miscelânea linguística, sobrepujou-as o latim; dele, surgiram as línguas novilatinas. Assim, enuncia Farias:

(...) permanecido do indo-europeu nenhum documento escrito, nenhuma inscrição, devemos preliminarmente observar que o indo-europeu como idioma pròpriamente dito não existe. O que há é um sistema de correspondências entre as chamadas línguas indo-européias, correspondências essas que sugerem a pré-existência de uma unidade comum que se convencionou chamar de indo-europeu. Entretanto, como julgam notáveis lingüistas e filólogos que têm estudado o assunto, não vai o latim prender-se diretamente ao primitivo indo-europeu, mas dêle está separado por outras unidades lingüísticas subseqüentes como o ítalo-céltico e o ítálico. (FARIAS, 1958, pp. 5-6)

Assim, a Língua Latina tem em seu histórico o fato de ter sido amplamente usada por vários povos e por um dos maiores impérios já vistos, o Romano. É considerada uma língua do ramo ítálico, originalmente falada no Lácio, região em que foi fundada a cidade de Roma. Foi difundida mais amplamente como língua na Europa através da expansão imperial, levada por soldados e comerciantes aos lugares mais distantes da Europa, à Ásia Menor e à costa do Norte da África, a antiga Mauritânia.

Atualmente, o Latim é comumente estudado, basicamente e/ou aprofundadamente, em alguns cursos universitários. O Latim é uma língua morta, mas não extinta, pois os conceitos lingüísticos de “morto” e “extinto”, ainda que apresentem proximidade, não se confundem. O primeiro é característico àquelas línguas que não possuem uma comunidade lingüística de falantes nativos de determinada língua materna, mas que há, pelo menos, registros devidamente documentados. O segundo termo, por sua vez, faz alusão àquelas línguas que não possuem comunidade lingüística de falantes nativos de determinada língua materna e tampouco registros documentados.

Talvez por se tratar de língua morta, o Latim não desperte imediatamente entusiasmo para ser estudado, mas isso não é exclusivo da língua, porque o pensamento, a história e, *grosso modo*, toda tradição vem sendo cada vez mais substituída pelo interesse do novidadeiro. Nesse sentido, a tradição e a memória ocidental são vistas como “inúteis” ao utilitarismo da recompensa imediata. No entanto, devemos estudar o Latim para podermos entender melhor o que ocorreu com a nossa língua vernácula.

O Latim pode ser classificado em várias categorias, por exemplo: clássico, vulgar, arcaico, imperial, cristão, tardio ou baixo-latim, escolástico, bárbaro

etc.³, sendo o “vulgar” e o “clássico” os dois mais conhecidos conceitos, quiçá por serem entendidos dicotomicamente. É importante termos em mente que não são conceitos distintos, senão duas vertentes da mesma língua.

Partindo desse binômio, vemos e não nos damos por satisfeitos com as considerações feitas em relação ao LV como, por exemplo: ser considerado uma derivação do clássico e falado apenas pelo povo e não pela elite, considerações que procuramos refutar.

No presente artigo, verificamos a origem do LV, suas nomenclaturas, suas perspectivas, suas constatações e derivações românicas, mais especificamente, no desenrolar do Império.

Para que estes pontos sejam abordados de maneira mais esclarecedora, redigimos dois capítulos, sendo o tópico principal do primeiro a decadência do império conhecido em nossa História como Império Romano; e do segundo, a noção marginalizada que muitos têm quanto ao LV.

De maneira mais específica, no capítulo introdutório, abordamos o conceito do léxico “decadência” através de um estudo histórico-lexical; pontuamos alguns fatos da História do Império Romano no tocante à sua vastidão e aos problemas que essa expansão territorial trouxe junto consigo.

Entrementes, uma breve explicação do que se compreende como “latim bárbaro”⁴; explicamos como se deu o gênese das línguas neolatinas e, por fim, citamos o fenômeno do substrato linguístico no latim.

O segundo capítulo, por sua vez, trata das premissas da modalidade vulgar do latim, contextualizando-o com os dias atuais.

Para o desenvolvimento do mesmo, foi necessário que tivéssemos um conhecimento, mesmo que introdutório, de alguns aspectos de Filologia, o que nos proporcionou reafirmar que pouco se estuda o LV na Contemporaneidade. Também, constatamos que o “vulgar” não é uma derivação bastarda do “clássico” como ainda se crê.

3 latim arcaico, aquele que se documenta desde cerca de 600 aC até cerca de 100 aC; latim imperial, aquele que foi escrito nos dois primeiros séculos da era cristã, já não clássico mas ainda de ótima qualidade, como o de Tácito, Sêneca, Plínio o Jovem, Juvenal e Quintiliano; latim cristão, o empregado pelos escritores cristãos após o século II dC para anunciar ao povo não cristão a boa-nova de Cristo; latim tardio ou baixo-latim, o dos séc. III a VII, usado pelos monges, pautado na tradição gramatical do latim literário; latim escolástico, aquele que foi escrito pelo teólogos da Escolástica dos séc. XII e XIII; (FONSECA, 1985, pp. 31-49)

4 latim bárbaro, “conjunto de fórmulas latinas mais ou menos corretas, de mistura com vocábulos de outras línguas [como a galaico-portuguesa] sob forma alatinada ou não, que foi legado à posteridade nos documentos notariais da Idade Média” (FURLAN, 2006, p. 33.)

Eversão do Império Romano

A palavra “decadência” é concebida comumente em sentido negativo. Facilmente, podemos percebê-la como sinônimo daquilo que vai cada vez a menos. É interessante observarmos que esse termo, embora simples e de significado conhecido por todos, não possui origem grega, tampouco latina. Como, então, os antigos faziam referência a algo decadente?

A ideia mais próxima do termo era designada por termos concretos; não, abstratos. Podemos citar, como exemplo, o dizer de Tito Lívio, no capítulo “Decadência” do livro *História e Memória*, de Jacques Le Goff:

Labente deinde paulatim disciplina velut desidentes primo mores sequatur animo, deinde ut magis magisque lapsi sint Tum, ire coeperint praecipites, donec ad haec tempora, quibus Nec vitia nostra Nec remedia pati possumus perventum est. [À medida que a disciplina moral abrandava, os costumes foram-se relaxando pouco a pouco; decaíram cada vez mais e, finalmente, quase à beira do abismo, chegamos aos nossos dias incapazes já de suportar os vícios e de lhes dar remédio]. (GOFF, 2010, p. 373)

As palavras *labente* (deslize), *lapsi* (queda) e *praecipites* (aniquilamento) exprimem uma ideia de “decadência”. Entretanto, há termos que melhor exprimem essa noção: *labes* (queda) e *ruína*. De posse do sentido desse termo, perguntamos: pode um grande Império, como o Romano, vir a decair?

Conhecendo um pouco da História do Império Romano, podemos afirmar que este era muito vasto e isso causava muita dificuldade de transporte e locomoção. Nessa perspectiva, essa vastidão também enfraqueceu o poder de domínio do imperador. O problema aumentava: enquanto o Império Romano ficava cada vez mais fraco, mais forte se tornava a investidura dos bárbaros. Roma, em meados do século III, entrou na “Era do Obscurantismo”⁵.

Posteriormente, em 395, o Império foi dividido em dois pelo imperador Teodósio: o do Ocidente cuja capital era Roma; e o do Oriente, cuja capital era Constantinopla (hoje, Istambul). O primeiro, depois de tantas invasões bárbaras, já estava decadente e teve como resultado a derrubada do último imperador do Ocidente, a saber: Rômulo Augústulo. O novo imperador, Odoacro, fez-se proclamar rei da Itália e aliou-se ao Imperador do Oriente. Entretanto, Odoacro

5 Diversas foram as causas do complexo fenômeno da decadência daquela época. Entre eles, podemos citar como exemplo: a degradação do conhecimento técnico pelas religiões, as invasões bárbaras, a **exaustão dos recursos do Estado para manutenção de imensa máquina militar, a depravação moral.**

governava apenas no Oriente, já que os bárbaros eram os que controlavam o Ocidente. Como afirma Haury:

O Império do Ocidente já estava, então, em plena decadência, esfacelado pelas invasões sucessivas dos bárbaros, quando em 476 caiu em poder do bárbaro romanizado Odoacro, um alto oficial do exército romano, germano da tribo dos hérulos. Odoacro derrubou o último imperador do Ocidente (Rômulo Augústulo) e se fez proclamar rei da Itália, aliado ao Imperador do Oriente. O Império parecia, então, reunificado, mas, na realidade, o Imperador mandava apenas no Oriente, pois, no Ocidente, reconhecidos como aliados, dominavam os bárbaros. (HAURY, 2008, p. 25)

Em contato com civilizações mais adiantadas, como a grega⁶, a língua dita literária vicejou na literatura latina, mas, quando os bárbaros invadiram o Império, a nobreza desapareceu, pois possuía preocupação com a cultura intelectual, que passou a ser cultivada mais seguramente nos mosteiros. Com a construção desse locus específico de contemplação, transcendência espiritual e investimento intelectual, concebeu-se o Latim Eclesiástico, ou por metonímia, o Latim da Igreja (também conhecido como medieval ou baixo latim). Esse latim eclesiástico era escrito, mas havia nele neologismos, helenismos e um vasto repertório oriundo das línguas faladas. Ainda assim, esse foi o latim literário do declínio do Império do Ocidente e a língua oficial das ciências na Idade Média.

Concomitantemente ao latim medieval, surgiu o latim bárbaro, isto é, o latim sem regras e também com aportes de outras línguas. Notadamente verificado nos documentos cartoriais, o latim bárbaro consistia na latinização de palavras que não existiam no latim ou na “barbarização” do sistema morfossintático do próprio latim. Mesmo assim, ele era utilizado nos cartórios para documentar contratos e escritos de ordem jurídica.

Ao passo que ocorria uma transformação da língua literária, o *sermo vulgaris* (LV) era levado às regiões mais longínquas do Império Romano pelos soldados e por comerciantes. Das modificações sofridas nesse latim instalado em vários rincões da România, surgiram os romances medievais e, após, as línguas neolatinas que hoje conhecemos: o italiano, o francês, o espanhol e o português, entre outras. Essas afirmações são confirmadas por Coutinho, quando diz que:

6 A civilização grega, mesmo após ter sido colonizada pelos romanos, ainda possuía o prestígio de ser a mais rica e bela civilização da Antiguidade além de exercer influência, sobretudo, na língua. Até o século II, a língua grega ainda era usada no Cristianismo italiano.

[...] mais tarde, com a ruína do Império Romano, e o avassalamento dos seus domínios pelas hordas bárbaras, cuja conseqüência foi [...] o fechamento das escolas e o desaparecimento da aristocracia, onde se cultivavam as boas letras.

[...]

Foram essas transformações, que ele sofreu em cada região, que deram em resultado o aparecimento dos diferentes romances e, posteriormente, das várias línguas neolatinas. (COUTINHO, 2005, pp. 30-31)

Hauy também confirma essa noção, quando indaga retoricamente:

Como se explica que o latim vulgar, que, até o terceiro século da Era Cristã, conservara suas características fundamentais, se tenha diferenciado tanto, nas diversas regiões, a ponto de se transformar [...] nas línguas neolatinas: francês, italiano, espanhol, romeno, rético, dalmático, sardo, galego e português?

Vários fatores concorreram para essa ebulição lingüística, para a dialeção românica, para o aparecimento das línguas neolatinas: o tempo, a política de dominação dos romanos, a vastíssima extensão geográfica do Império e sua fragmentação política [...] (HAUY, 2008, p. 27)

Assim como ocorre com a língua portuguesa hoje, a língua latina sofreu mudanças com o tempo. Com as várias conquistas, é obvio que o latim não ficou isento do fenômeno conhecido como substrato lingüístico, ou seja, a infiltração da língua na língua do povo vencedor. Apesar de sua pujante vitória sobre as línguas pré-românicas, o latim acomodou muitos desses aspectos relevantes em sua estrutura lingüística, começando pelo processo de simplificação das declinações.

Entretanto, não é trabalho fácil aprofundar o estudo sobre o LV, pois o mesmo não era comumente encontrado em escritos, visto que muitos autores e escribas não tinham ganas de retratar a maneira de falar da população composta de *nautae* (marinheiros), *milites* (soldados), *agricolae* (agricultores) *lonsores* (barbeiros), *sutores* (sapateiros) etc., contudo, isso não implica dizer que não há registros escritos do LV. O problema maior dá-se quando um humilde escrevia julgando estar utilizando o LC. Nas palavras de Coutinho:

Não é fácil conhecer, em seus pormenores, esta modalidade do latim. Nos autores latinos não houve nunca o propósito deliberado de retratar o falar do vulgo. O humilde entalhador, ao gravar na pedra ou no mármore uma inscrição, julgava estar escrevendo a boa língua, ou seja, o latim clássico. [...], entretanto, não queremos dizer que não se encontrem absolutamente palavras ou expressões do povo em seus trabalhos. (COUTINHO, 2005, p. 31)

Podemos, então, afirmar que, devido a uma ingênua ideia de estar escrevendo utilizando o LC, quando na verdade escreviam com o LV, os mais humildes nos forneceram um ponto de partida que tornou possível fazer uma comparação entre uma e outra modalidade do Latim. Também, concedeu-nos a oportunidade de vermos como a mesma era utilizada pelos afortunados e pelos desafortunados, rompendo, assim, com a separação dicotômica sofrida pelas variantes e explicitada no capítulo seguinte.

Premissas da modalidade vulgar

Visto que o latim é uma língua derivada de um conjunto de línguas que se convencionou chamar de indoeuropeu, que serviu como porto para outras línguas, cabe-nos separar o latim, doravante, em dois conceitos: “clássico” e “vulgar”. Embora saibamos que o “clássico” seja deveras importante, vamos pô-lo numa perspectiva coadjuvante, pois que essa modalidade não é o nosso objeto principal de estudo.

Primeiramente, é oportuno pôr em relevo que o LV era uma língua utilizada pelas mais diversas camadas da sociedade, como explica Ilari (2007, p. 58): “o latim vulgar aparece então como a língua que as várias camadas da população romana (inclusive a aristocracia) falaram e escreveram em situações informais”. O autor segue seu raciocínio afirmando que “o latim vulgar é então a expressão própria das camadas populares mais humildes da sociedade romana”.

Apesar das afirmações de Ilari, não podemos tomá-las como totalmente corretas devido ao mau emprego do termo “expressão”. Se atentarmos para a ideia que o termo engloba, veremos que ele conceitua o ato, a maneira ou efeito de exprimir. Diante disto, podemos incidi-lo com a assertiva de Elia (2004, p. 26), outro estudioso da Língua Latina e que refuta as assertivas do primeiro, quando afirma que “era o latim vulgar língua falada, não escrita. Língua de conversação diária, praticada **por pessoas pertencentes a várias classes sociais (...)**” (Grifo nosso).

Analisando melhor os expostos, é-nos facultado concluir que o LV era comumente usado para a fala e não para a escrita, pelo povo e pela elite, porém sendo frequentemente enfocado como de uso para o povo. Ainda assim, cabe-nos perguntar como fica a ideia de Ilari no tocante a sua afirmação de que o LV também era usado na modalidade escrita.

Contrapondo-o à atividade oral, o LV também tinha como uso frequente, a atividade de escrita. Esta era direcionada à propagação de (certas) obras literárias e à preservação de textos, para os quais a escrita servia para compartilhar o conhecimento a partir de determinada perspectiva social. Segundo Elia:

(o latim vulgar) por sua natureza refugia à fixação pela escrita, indispensável apenas quando se trata da perpetuação de obras literárias ou da preservação de textos, como os das leis, que se impõem ao conhecimento de uma coletividade. (ELIA, 2004, p. 26)

Entretanto, mesmo havendo estes escritos do período arcaico ou primitivo do latim – como Leis e obras de expressão religiosa – é comum dizer que não há textos escritos em latim (especialmente usando o LV). Como isso é possível? Como se pode dizer que não há textos escritos em LV, sabendo-se que os mesmos existiam? O fato é que os textos escritos através LV não eram textos de autores da fase Clássica, como Cícero, que possuía obras destinadas ao paladar da população culta.

Pautemo-nos em dois autores, Elia e Ilari, para afirmarmos que o LV, embora usado para a comunicação oral da população, era na verdade usado também pela elite.

Quanto à escrita, podemos dizer que era preferível chamá-la de literária, pois não havia escritos prestigiados à época usando a variante vulgar. Da semelhante forma, destinava-se o LC ao discurso público através do gênero “oratória” – que se dividia em política ou jurídica. Essa, por sua vez, em “criminais” ou “civis”.

É possível afirmar que, na modalidade escrita, o LV atingiu a camada também mediana, de comerciantes que transitavam entre a elite e a plebe, isto é, em alguns escritos feitos por pessoas que se situavam em nível cultural mediano⁷. Nesse aspecto, podemos encontrar semelhança ao que atualmente acontece: a influência oral na escrita. Cícero em carta a Peto diz: “*Quid tibi ego videor in epistulis? Nonne plebeio sermone agere tecum?... Epistulas vero cotidianis verbis texere solemus.*” (Elia, 2004, p. 29). “Que te pareço nas cartas? Pois não pratico contigo a língua popular?... Na verdade costume redigir cartas com as palavras de todo o dia.”

Cícero também usou um tom parecido com o da língua coloquial quando escreveu a Ático. Se prestarmos bem atenção, fica evidente que o que Cícero escreveu a Ático foi uma carta e, se formos mais a fundo, perceberemos que o gênero textual carta configura-se como pessoal, íntimo e, neste caso, como se tratava de comunicação entre conhecidos, Cícero optou, portanto, pelo uso do coloquial.

7 Consideravam-se pessoas de nível mediano aquelas que escreviam com simplicidade, sem a preocupação da gramática e do estilo, ou seja, onde se encontra os traços da fala vulgar.

Ilari (2007, p. 57) nos diz, “por exemplo, um homem público do final do período republicano não utilizaria a mesma linguagem para discursar no fórum, para escrever cartas aos amigos e familiares e para dirigir-se a seus serviçais”, o que corrobora a assertiva de Elia.

Elia (2004, p. 30) nos chama a atenção quando diz que “o gênero epistolar (...) também se presta à inclusão de vulgarismos. (...) trata-se somente de vulgarismos na construção de frases e de formação de palavras, quase nada de Morfologia ou Fonética”. Isso nos permite dizer que apesar das epístolas terem usado um tom próximo ao popular, não sofrem e não provocam mudanças morfológicas e/ou fonéticas, o que nos deixa entrever as mudanças sintáticas e semânticas, visto que o latim não possuía classicamente grande analiticidade sintática, porque havia prevalência do uso do verbo em fins de frases e alterações estruturais ocasionadas ao final dos nomes, a que se convencionou chamar de casos.

Contudo, não é somente nas cartas que o LV era empregado, senão em certos gêneros poéticos como na sátira, por exemplo. Também, na fala de certas personagens, como podemos considerar no teatro plautino, ainda na fase helenística da literatura romana.

Grande quantidade de palavras usadas por Petrônio, em *Satiricon*, são provenientes da variante popular e são introduzidas, ainda que numa perspectiva crítica e moralista, pelas permutas: *caldus* por *calidus* (fenômeno da síncope da vogal pós-tônica, medial e interconsonantal), *intestinas* por *intestina* (fenômeno de apócope), *balneus* por *balneum* (variação de declinação), *bovis* por *bos* (supressão de sílaba interna) etc. Tais palavras são vulgarismos extraídos do estudo de Paul Perrochat sobre *Le Festin de Trimalcion*, Paris, 1952, e davam sinais de “decadência da língua” para os mais puristas.

Será, então, que havia uma língua coloquial falada pelos aristocratas? Sim. Podemos dizer que houve uma língua (coloquial) falada pelos aristocratas romanos e que servia de base para a linguagem literária, ou seja, àquela relativa a conhecimentos humanos adquiridos pelo estudo. Nessa variante, evitava-se que a modalidade literária se aproximasse do proto-romance⁸ (língua eminentemente popular), pois que o modelo conservador servia de prerrogativa para a preservação da variante “artisticamente” considerada superior.

8 O Latim Vulgar é comumente confundido com o Proto-romance. Proto-romance é uma proto-língua, por exemplo, o último estágio comum a todas as línguas românicas; devido ao fato de algumas línguas terem se ramificado antes que outras. É também comum o emprego desse termo para reconstruir os últimos estágios, por exemplo, o romance proto-continental (depois da ramificação da Sardenha).

Creemos que, aqui, se faz necessário um melhor esclarecimento: havia, de fato, uma língua coloquial (vulgar) falada pela elite romana. Esta língua servia como base para a expressão do pensamento literário, além de tentar evitar que tal expressão do pensamento literário se tornasse popular. Ilari diz que:

Existiu, é verdade, um latim coloquial falado pela aristocracia: e os gramáticos e escritores romanos recomendaram freqüentemente que a linguagem da literatura se baseasse nele; mas essa era uma recomendação de caráter conservador, e visava a evitar que a língua literária se afastasse de seu suporte tradicional – a língua falada pela aristocracia – não a aproximá-la do proto-romance. (ILARI, 2007, p. 59)

Torna-se evidente, então, que a aristocracia não fazia uso constante do LC, mas que também possuía uma linguagem coloquial e mais, aconselhou que a linguagem literária se baseasse no mesmo. Entretanto, esse conselho não servia, vias de regra, senão o de uma recomendação coma finalidade de evitar que a língua tradicionalmente usada pela aristocracia romana se “contaminasse” com o proto-romance; em outros termos, com “barbarismos” promovidos através de estímulos vindos das mais distantes localidades do Império, sem as prerrogativas estilísticas do que se convencionou por “falar bem o latim”.

3. Possíveis ilações

Após o exposto, concluímos que, de fato, o LV não era utilizado apenas pela elite, senão também pelos autores e escritores clássicos quando escreviam as peças teatrais, sátiras, epístolas, entre outros gêneros e subgêneros literários e, neles, podiam ser encontradas palavras e até expressões que eram mais utilizadas pelo mais diversos tipos populares, quando representados. Ou seja: por aqueles que não eram membros da elite. Como exemplo a fato, podemos citar os vulgarismos, os neologismos e os helenismos que Plauto usava em suas peças ou Petrônio no *Satiricon*. Sobretudo, chama-nos a atenção o fato de o LV estar inserido no domínio do Literário quando utilizado para a escrita de obras que imitavam ou satirizavam o coloquialismo, o que nos faz refletir sobre a possibilidade de uma posição refratária ao manancial popular, quando da preservação e da preferência pelo Clássico.

Também, o LV era representado para fins cômicos ou para fazer críticas. Para esses fins, não houve, no entanto, investimento no gênero épico ou na tragédia e na lírica, situações em que o LC era mais adequado à elevação das representações: heróis, notáveis e deuses.

Temos, então, as seguintes vertentes do latim: 1) o Vulgar, sendo utilizado pela elite e pelo povo no registro informal e nos meios escritos para transmissão do conhecimento; 2) o Literário, que não deixa de ser uma variante do Vulgar fundamentada na *sermo* da elite romana, visto que recebeu essa nomenclatura devido ao fato de ser utilizado para corresponder às obras literárias escritas na variante artística; 3) o Clássico, falado e escrito pela elite romana e pelos autores da fase clássica, como Cícero em situação de adequação formal a língua que fixou, porque diz-se do clássico como sendo a língua de Cícero.

Pondo em relevo apenas o LV e o LC de maneira sucinta, reputamos Furlan quando esclarece que:

Latim vulgar é, pois aquela variante que foi correntemente falada pelo povo romano no Império e [...] sem conotação pejorativa, o latim falado em situações informais pela população romana (incluindo a aristocracia), uma variante popular, a do *vulgus*, “povo”.

[...]

O latim clássico é o da língua literária e da língua escrita em situação formal, com preocupações estéticas ou didáticas pelos escritores do período áureo da literatura latina (c. 100 aC. A 100 dC.) (FURLAN, 2006, pp. 31-32)

Uma pergunta oportuna seria baseada no porquê da alcunha/nomenclatura de Vulgar para designar exclusivamente a variante popular, visto que ele também servia para escrever os conhecimentos que eram transmitidos, que tinham papel importante na literatura da época. Embora haja registros no epistolário latino, não encontramos exatamente o porquê do LV ser compreendido de forma imprecisa por autores, professores e alunos da língua latina.

Entender o LV no sentido pejorativo, depreciativo no tocante ao vulgarismo, é atualmente condenável e, conforme Furlan

implicaria equívoco resultante de visão lingüística superada: a) de mudança, que se apóia no princípio de deterioração lingüística, como se o latim vulgar tivesse resultado de corrupção do latim clássico; b) de língua morta, como se o latim não sobrevivesse hoje nas línguas românicas; c) de evolução cronológica, como se o latim vulgar tivesse sucedido ao latim clássico. (FURLAN, 2006, p. 31)

É notório que houve, no decorrer da história, uma evolução semântica do conceito “vulgar”, mas para aclarar a noção evolutiva do léxico e do conceito é necessário fazermos um pequeno estudo da origem da palavra. O termo em questão, que significava “povo”, tem sua origem latina na palavra *vulgus*, *i* no

período clássico; e *vulgaris* (sermo vulgaris) no período pós-clássico e cristão. Trata-se de um substantivo da segunda declinação e que só é declinável no singular (*singularia tantum*). O mesmo fato ocorre com os termos *pelagus*, *i* que significa “mar profundo” e *virus*, *i*, significando “veneno”. Trata-se, portanto de um termo no singular que alcançava a população num sentido mais abrangente. Hoje, há implicações sociológicas no emprego próprio ou apropriado da palavra “povo”.

Atualmente também, o termo “vulgar” é quase exclusivamente utilizado para referir-se àquilo que tem como característica algo de baixo valor econômico, moral, ou cultural. Também serve de adjetivo àquilo que não tem nada que se faça destacar. Essas definições marginalizam, quando não põem no esquecimento, a definição que cremos ser mais próxima à semântica original: de povo. Deste modo, o conceito “vulgar” de hoje é bem diferente do que definia sua ideia primordialmente.

O proto-romance foi marginalizado pelos que defenderam a posteridade do Latim Erudito, ou seja, a do Clássico. Essas pessoas temiam que ele fosse deteriorado, acontecimento inevitável devido à expansão do Império. Em outras palavras, os conservadores do LC tinham receio de que a variante vulgar de base aristocrática se “desviasse” em direção ao proto-romance, por isso, tentaram controlar a língua, isentando-a de modificações expressivas que designassem sua decadência.

Por fim, esse conservadorismo dá-se por receio de que o Clássico perdesse seu caráter erudito, edificado a muito custo. Uma exemplificação dessa ideia dar-se-ia se tomássemos a passagem do “Banquete de Trimalcião” (outras leituras possíveis: Trimaucião, Trimaucição)⁹, incluídas no *Satiricon*, de Petrônio, que configura uma sátira a personagens exagerados, glutões, e sem a “etiqueta exigida” pela modalidade clássica da língua em seus discursos.

Referências bibliográficas

AMORA, Antonio Soares. *Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa*. 19ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

9 Trimalcião era um liberto rico. Organizou um banquete que critica a realidade da época, como por exemplo, uma medida do imperador Cláudio: a permissão que nos banquetes oficiais se eliminassem as flatulências. Trimalcião, em determinada parte do banquete, faz alusão a essa medida quando diz que “se alguém quiser fazer suas necessidades, não há porque se acanhar. [...] não há tormento tão grande como a gente segurar. Isso é a única coisa que Júpiter não pode impedir”.

- BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 9ed. São Paulo: FENAME, 1976.
- ELIA, Sílvio. *Preparação à Lingüística Românica*. 1ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004. [Introdução].
- FARIA, Ernesto. *Gramática Superior da Língua Latina*. 14ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958. [Introdução].
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da. *O português entre as línguas do mundo: situação, história, variedades*. Coimbra: Almedina, 1985.
- FURLAN, Oswaldo Antônio. *Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- GOFF, Jacques Le; tradução Bernardo Leitão... [et al.]. *História e memória*. 5ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- HAUY, AMINI BOAINAIM; SPINA, Segismundo (org.). *História da Língua Portuguesa*. 1ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. 3ed. São Paulo: Ática, 2007. [Introdução].
- OLINTO, Antonio. *Minidicionário Antonio Olinto da Língua Portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2001.